

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 046 DE 22 DE MAIO DE 2015.

Altera a Lei Municipal nº 1.493, de 21 de junho de 2002.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL,
Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º da Lei Municipal nº. 1.493, de 21 de junho de 2002, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º Terá direito ao adicional de R\$ 300,00 (trezentos reais), todos os servidores que forem convocados a participar de alguma das comissões ou funções arroladas a seguir, os quais extrapolam as atribuições ordinárias dos servidores:

I – Comissão de Licitação;

II – Comissão de Apoio nas Licitações;

III – Comissão de Sindicância Investigatória;

IV – Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

V – Comissão de Avaliação de Estágio Probatório;

VI – Comissão Permanente de Avaliação de Áreas;

VII – Comissão de Controle Urbanístico – CCURB;

VIII – Comissão de Acompanhamento, Cobrança e Fiscalização do ITR (Imposto de Territorial Rural);

IX – Comissão de Transporte Escolar;

X – Pregoeiro.

Parágrafo único. Os Presidentes das Comissões descritas no *caput* deste artigo, quando houverem, e o Pregoeiro, farão jus ao adicional de R\$ 700,00 (setecentos reais).

Art. 2º O Prazo de vigência da inclusão do Pregoeiro no rol do art. 2º da Lei Municipal nº 1.493, de 21 de junho de 2002, bem como da inclusão do parágrafo único no art. 2º da Lei Municipal nº 1.493, de 21 de junho de 2002, será até 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/05/2015.

Eldorado do Sul, 21 de maio de 2015.

SÉRGIO MUNHOZ

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

ROGÉRIO DIAS PEREIRA
Secretário da Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis o Projeto de Lei Municipal nº 046, de 21 de maio de 2015, que ***“Altera a Lei Municipal nº 1.493, de 21 de junho de 2002.”***

O presente projeto de lei visa incluir dentre as comissões abrangidas pela Lei Municipal nº 1.493, de 21 de junho de 2002, a função de Pregoeiro, bem como majorar o adicional relativo aos Presidentes das respectivas Comissões, bem como ao Pregoeiro que também acaba presidindo os trabalhos licitatórios da Comissão de Apoio nas Licitações.

A majoração somente aos Presidentes das Comissões se justifica em razão da responsabilidade destes na tomada de decisões, de presidir as reuniões/audiências e do evidente acúmulo de tarefas dentro da Comissão, eis que as decisões finais devem ser fundamentadas, e o são pelos respectivos Presidentes.

Salienta-se que, nos termos do artigo 17 da lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), torna-se desnecessária a realização de estimativa de impacto orçamentário financeiro posto que a despesa será por tempo determinado e inferior a 2 (dois) anos.

Sendo assim, e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal